
**MÚLTIPLOS MOVIMENTOS, MÚTIPLAS POSSIBILIDADES:
REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ADMINISTRAÇÃO E AS
CIÊNCIAS SOCIAIS**

***MULTIPLE MOVEMENTS, MULTIPLE POSSIBILITIES: REFLECTING
ON THE RELATIONSHIPS BETWEEN MANAGEMENT AND THE SOCIAL
SCIENCES***

FLÁVIA NAVES (*flanaves@dae.ufla.br*)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

RESUMO

A humanidade vive tempos de grande e diversificada reflexão. As mudanças sociais, as expectativas humanas, os riscos e possibilidades que surgem no horizonte são muitos e as diversas áreas do conhecimento são chamadas a dar a sua contribuição, tanto na compreensão dessas mudanças como na orientação daqueles que as vivem cotidianamente. A administração também passa por mudanças e, nesse processo, parece aproximar-se das ciências sociais, referência importante na formação de administradores. No entanto, dessa proximidade nem sempre surgiram resultados positivos, mantendo-se cada área como domínio restrito e refratário à outra. Este artigo quer discutir exatamente as possibilidades de alianças entre a administração e as ciências sociais, seja do ponto de vista do ensino, da pesquisa, da extensão ou da prática cotidiana na qual se empregam conhecimentos produzidos por ambas as áreas. Sem pretensão de trazer respostas, sugerem-se questionamentos mais específicos sobre a identidade da administração em tempos de mudança social acelerada, que se reflete nas cobranças e na atuação de profissionais desta área.

Palavra-chave: administração; ciências sociais; mudança social; processo de aprendizagem.

ABSTRACT

We live in times of great and diversified thinking. Social changes, our expectations, the risks and possibilities that appear on the horizon are many. For this reason, several areas of knowledge are called upon to provide contributions to understanding these changes and to guide those who experience them daily. Management also changes and, in this process, it seems to get closer to the social sciences – an important point of reference in educating future managers. However, this approximation does not always give positive results, with each area remaining as restricted domains that refract each other. This article aims to precisely discuss the possibilities arising from interaction between management and the social sciences, whether from the point of view of teaching, science or the extent or daily practice in which knowledge from both sides is employed. Without intending to provide answers, more specific questioning about the identity of management in times of accelerated social change is suggested, which reflects itself in the way that its professionals behave and are expected to behave.

Keywords: *management; social sciences; social change; learning process.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere num contexto de mudanças sociais profundas que demandam das ciências, de forma geral, e da academia uma revisão dos conceitos, trajetórias e expectativas que direcionam seu funcionamento e sua lógica.

Motivado por esta percepção, formou-se um grupo de professoras universitárias e pesquisadoras no intuito de debater e tentar desenvolver novos caminhos para o ensino-aprendizagem-pesquisa em administração. Uma das primeiras investidas desse grupo foi exatamente debater as aproximações e rupturas entre a administração e as ciências sociais, um dilema vivenciado por algumas pessoas, na prática docente, na pesquisa e em outras interfaces com a sociedade.

Os debates e inquietações surgidos da participação nesse grupo levaram à produção deste artigo, que é uma tentativa de compartilhar algumas das reflexões e, à semelhança de Slater (2000, p. 511), “questionar o socialmente dado”.

Um dos pontos de partida para as discussões que se seguem é que não se considera possível fazer mudanças ou inovações significativas nos processos de ensino-aprendizagem-pesquisa, seja no espaço acadêmico ou organizacional, sem que se discuta os significados ou a identidade da própria área em que se está atuando.

A administração, como as demais áreas científicas, se vê submetida a cobranças sobre seu papel em meio à crise econômica, social e ambiental, às inacreditáveis disparidades de condições de vida que convivem e se relacionam com inovações e oportunidades que são anunciadas cotidianamente. Mas, que resposta tem oferecido? Como os profissionais desta área têm reagido às necessidades humanas e sociais? Que se pode esperar dos laços originais que unem a administração às ciências humanas e sociais?

É importante que se diga que tais questionamentos não têm por objetivo uma crítica simplista à administração. A intenção é refletir sobre a experiência pessoal e do grupo de pesquisadoras citado anteriormente, ao longo dos últimos anos na confluência entre as ciências sociais e a administração e, com isso, questionar as possibilidades de conciliação ou não entre tais áreas.

Nesse sentido, esse texto pode ser considerado como um ensaio-teórico, que, segundo as palavras de Meneghetti (2011, p. 321):

No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas.

Certamente, são muitas as situações em que se estabelece certa oposição entre administração e ciências sociais, seja na prática, seja na imaginação. Mas, será possível superá-la? A resposta a essa pergunta ultrapassa os limites deste artigo, mas ele, certamente, quer contribuir para este debate, que se acredita fundamental para os rumos da administração.

CONHECENDO O TODO E AS PARTES

Inicia-se por conhecer cada um dos campos dos quais se pretende aproximar. Sabe-se que as ciências guardam seus mistérios, sua mitologia, ritualísticas próprias que compõem seu campo específico, que

consiste, nas palavras de Bourdieu (2004), num espaço relativamente autônomo, microcosmo dotado de leis próprias.

Para isso, no entanto, é preciso estimular as pessoas a adotarem outros olhares, para que vejam aquilo que definimos, de forma muito elástica, como realidade e, dentro dela, administração e ciências sociais.

É na pequena margem que separa realidade e percepção, acomodação e estranhamento que se inserem as considerações que se pretende fazer sobre o que é considerado como padrão, previsível, aparentemente imutável dentro e nas relações entre a administração e as ciências sociais. Para muitos pesquisadores, esse processo de crítica e revisão, que pode passar por etapas de destruição ou reconstrução, revela uma crise para além das fronteiras disciplinares.

Santos (1999, p. 41) afirma que o paradigma social, político e cultural dominante nas sociedades modernas:

Atravessa desde há mais de uma década um período de grande turbulência, que incide não apenas nos seus dispositivos operativos, mas também nos seus pressupostos. Uma turbulência tão profunda que aponta para uma convulsão epocal e uma transição paradigmática. Trata-se de uma sociedade em que “os valores da modernidade - a liberdade, a igualdade, a autonomia, a subjetividade, a justiça, a solidariedade – e as antinomias entre eles permanecem, mas estão sujeitos a uma crescente sobrecarga simbólica, ou seja, significam coisas cada vez mais díspares para pessoas ou grupos sociais diferentes, e de tal modo que o excesso de sentido se transforma em paralisia da eficácia e, portanto, em neutralização.

Tais mudanças, por sua vez, não se dão no âmbito abstrato, mas no cotidiano, em que, talvez a necessidade de ação e de fugir do imobilismo já seja sentida por diferentes grupos e pessoas e, portanto, tais sensações estejam se convertendo em formas distintas de organização e mobilização, o que influencia a configuração dos cenários sociais nos quais estão inseridos.

Tomem-se, como exemplos, o papel e os impactos produzidos pelo movimento ambientalista em toda sua amplitude que conseguiu, por caminhos tortuosos, imprimir uma forte marca às políticas públicas, estratégias empresariais, inovações tecnológicas, processos que se dão de formas muito diversas.

É neste cenário, de transformações rápidas, que jovens, adolescentes e a “terceira idade” surgem como novas categorias e ganham lugar de destaque nas políticas públicas, nas políticas organizacionais e nas estratégias de mercado. Há mais mudanças na órbita do Estado; há

tratamento diferenciado sobre fronteiras, limites, privilégios, supremacias, diferenças e poder, mesmo que de maneira pulverizada. Estes e outros elementos passam, necessariamente, a integrar a gestão pública e privada e a configurar aspectos específicos de nossas sociedades e que poderiam ser enriquecidos por muitos outros que não têm a mesma visibilidade social e mediática.

É no contexto dessas mudanças que os diferentes campos científicos são chamados a contribuir, não com respostas imediatas, mas com a capacidade de desenvolver novos olhares, inclusive sobre a forma como produzem conhecimento e formam profissionais. Mas, se há pontos de convergência, é também necessário definir as especificidades de cada campo.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, o sociólogo Leopoldo Waizbort (2007) afirma que a sociologia não pode se esquecer de que é uma ciência da sociedade, o que justifica ainda mais a necessidade de compreender e, até mesmo, ajudar a definir os contornos de tais sociedades. Muitos, entretanto, vão afirmar que as teorias adotadas neste campo nem sempre são adequadas para capturar, ainda que superficialmente, as mudanças no cenário social, apontando desafios claros para as ciências sociais.

Embora a teoria das organizações e a gestão de pessoas, para citar apenas algumas áreas, utilizem muitas das discussões produzidas ou surgidas no campo das ciências sociais, frequentemente há conflitos entre elas. Por um lado, as ciências sociais têm, tradicionalmente, uma vinculação com desenvolvimento de conhecimento e pesquisa para grupos não elite ou alternativos. E o que pode ser um definidor da identidade do próprio campo, também é característica que recebe críticas.

De acordo com Diniz e Boschi (2004, p. 16):

(...) os cientistas sociais têm conduzido muito mais pesquisas sobre os grupos sociais não elite e a sociedade civil do que sobre os grupos supostamente melhor financiados e com mais influência política, a saber, o empresariado.

São muitos os apelos para que cientistas ajudem a enfrentar os desafios propostos para as ciências sociais. Waizbort (2007) afirma que a sociologia precisa atualizar sempre mais sua consciência histórica, para perceber o que há nos tempos que correm que de fato os singularizam em relação a outros tempos – e em que medida.

Reis (1999, p. 08), por sua vez, afirma que:

O conhecimento que produzimos se torna obsoleto com rapidez crescente. Não porque novos conhecimentos e teorias nos atropelem, mas porque novas realidades nos surpreendem enquanto nossos modelos e recursos metodológicos se mostram com frequência anêmicos e incapazes de gerar programas de pesquisa progressivos.

Envolvido com a área de administração, entretanto, existe um grupo que parece defender afinidade natural e quase exclusiva dessa área para uso de grandes empresas ou empresas capitalistas. Mas, é bom lembrar, à semelhança do que propõe Waizbort (2007), que grupos, organizações e pessoas são também foco da administração, ajudando a estabelecer o jargão, uma ciência das organizações. Mas, quais são as organizações?

Não se pode esquecer que a complexidade da discussão aqui proposta aumenta na medida em que se destaca que a administração está formalmente classificada como uma ciência social aplicada. A referência a administração como uma ciência das organizações reforça essa vinculação, bem como um conjunto de trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos anos, principalmente sobre a denominação de estudos organizacionais, que procura dar visibilidade às relações sociais como aspecto prioritário da administração e das análises organizacionais.

Para Chanlat (2000), o *management* é uma disciplina das ciências sociais que não buscam eficácia, mas tornam compreensíveis as condutas humanas. Na condição de disciplinas que estudam justamente as práticas sociais, elas não podiam deixar de se encontrar. Mas, o autor destaca que esse encontro foi marcado, sobretudo pelo selo da instrumentalidade e do operacional.

O predomínio da instrumentalidade na administração pode ser identificado desde suas origens. Boeira e Vieira (2010) afirmam que a ciência da gestão ou *management science* pode ser definida como a aplicação do método científico e do raciocínio analítico ao processo de tomada de decisões dos executivos no controle de sistemas comerciais e industriais. E sua ascensão estaria ligada ao surgimento da pesquisa operacional.

Chanlat (2000) lembra que o *management* tem origem direta das atividades comerciais e industriais da segunda metade do século XIX, sendo que antes disso, a gestão moderna, como um conjunto de princípios e técnicas codificadas era quase inexistente. Esse universo é dominado pelos engenheiros, autores dos primeiros manuais de economia para

manufaturas, predominando, portanto, considerações técnicas e econômicas.

Tais características, no entanto parecem ter permanecido ao longo do tempo. Aktouf (2004) afirma que as práticas em Administração refletem os interesses do *business*, de modo que tanto a ciência administrativa quanto suas escolas têm se prestado a expandir o domínio das grandes corporações por meio da imposição do que seria a “educação legítima” em Administração. Flores (2007, p. 10) por sua vez, afirma que:

As ciências sociais ao teorizarem em nível micro, ou no nível organizacional, libertaram-se dos desígnios da razão que constituíram sua motivação primeira e orientaram-se por uma determinação estritamente instrumental e econômica.

Tais considerações apontam os choques entre a ênfase das ciências sociais e a ênfase da administração. O autor sinaliza ainda os limites do predomínio dessa racionalidade nos estudos organizacionais, para a prática administrativa e para a ciência administrativa como ciência social aplicada.

Ramos (1981), em defesa da racionalidade substantiva, afirma que sistemas sociais cujo desenho evita considerações substantivas deformam, caracteristicamente, a linguagem e os conceitos por meio dos quais a realidade é apreendida. Ainda, segundo ele, os pressupostos epistemológicos da análise organizacional ignoram seus pontos cegos e acabam cedendo a uma abordagem reducionista do desenho dos sistemas sociais, de tal forma que diferentes tipos de sistemas sociais são vistos sob a ótica de um conjunto de pressupostos pertinentes apenas a um desses tipos.

Este esboço homogêneo, ou padrão, ao qual todas as organizações que se mostrassem passíveis da análise organizacional ou da atenção da administração deveriam se encaixar, é agravado pela forma como este esboço tende a ser tratado.

Segundo Chanlat (2000), desde o início da Revolução Industrial até nossos dias, a concepção do que o mundo da gestão fez do ser humano permaneceu muito marcada, na maioria das vezes, por esquemas do pensamento mecânico, econômico e financeiro, principalmente sob o domínio dos engenheiros, dos economistas e dos financistas. Em face dos graves problemas que se enfrenta (fragmentação social, empobrecimento, precariedade, desemprego, exclusão, risco ecológico, etc.), problemas em que o *management* está inserido, a urgência em ampliar os horizontes torna-se inadiável.

Para Aktouf (2004), um dos principais problemas da administração está em sua submissão a princípios econômico-financeiros, que passaram a penetrar todas as esferas da vida política e social. Esta lógica tem um forte papel sobre a cultura acadêmica e organizacional de muitas escolas de administração.

A existência de certa margem de incoerência entre a definição teórica de uma área e seu funcionamento sempre existirá, sobretudo considerando as especificidades culturais de cada grupo ou escola. Porém, quando esta situação se torna comum e, sob muitos aspectos, desconectada das tendências e demandas sociais, talvez seja propício refletir sobre tal campo temático, no caso específico, a administração.

Será que há espaço para a administração e os administradores junto a organizações ou grupos que seguem uma lógica diferente dos modelos capitalistas dominantes? Será que os conhecimentos e as técnicas administrativos podem corromper experiências desta natureza ou será que a criatividade de tais iniciativas pode promover mudanças no conhecimento e prática administrativos?

Será que as raras aproximações desse tipo e os muitos conflitos que ocorrem nestas circunstâncias revelam que tais organizações não se enquadram dentro do padrão exigido pela administração ou apontam disputas de poder muito acirradas? Esses são questionamentos que poderiam ser apontados para a administração.

É importante salientar que, no contexto das práticas coletivas, as divergências (construídas tanto no imaginário quanto na prática) são alimentadas, levando a um fortalecimento das barreiras e fronteiras disciplinares entre concepções teórico-metodológicas de administração e ciências sociais e também de tipos organizacionais. Tais movimentos dão visibilidade a disputas de poder entre os campos, disputas estas que são parte das relações sociais e da história humana, como apontam Santos (2000) e Elias (1970). Nos meandros das relações de poder podem surgir avanços científicos estimulados pela competição. Mas, as ilhas de conhecimento isoladas entre si e, frequentemente, da sociedade, podem representar entraves para o avanço das ciências e para o atendimento das necessidades sociais.

Tais discussões vão transferindo seu foco do outro para nós mesmos¹. A questão do poder obriga a olhar para a prática e as relações cotidianas, em figurações (termo emprestado de Norbert Elias) nas quais se exercem múltiplos papéis que, por sua vez, contribuem para consolidar nossa área de pesquisa.

Nesse sentido, caminha-se para a discussão da crítica, da necessária e, frequentemente, tão banalizada crítica, processo que

depende de que o pesquisador/professor, como ator social se exponha, se critique e se autocritique. A ideia de crítica, aqui, se aproximaria das discussões elaboradas por Santos (2000, p. 23) que afirma:

Entender por teoria crítica toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe. A realidade de qualquer que seja o modo como é concebida pela teoria crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. (...) o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação.

Nesse sentido, talvez, se encontre uma área dentro da administração e dos estudos organizacionais que tenham contemplado na própria nomenclatura a crítica. A referência é aos chamados “estudos críticos em administração”. Segundo Davel e Alcadipani (2003), em sua análise da produção científica nesta área, no Brasil, nos anos 1990, pode-se dizer que suas fronteiras identitárias, de ação e de pesquisa são: (1) a promulgação de uma visão desnaturalizada da administração, (2) intenções desvinculadas do desempenho e (3) um ideal de emancipação.

Embora tal área ainda seja um emaranhado de perspectivas (como, muito provavelmente, não poderia deixar de ser, caso se pretenda atender às proposições acima), poderia contribuir para rever o papel da administração e, também, a produção de interpretações ricas sobre nossas sociedades. Entretanto, muitas das dificuldades de aproximação entre a administração e as ciências sociais ou nas propostas, como dos Estudos Críticos em Administração, esbarram em desafios metodológicos. Pode estar aí uma das fontes de angústias de cientistas, pesquisadores e profissionais das mais diferentes áreas.

Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006) afirmam que, no ambiente de pesquisa, o que se espera, hoje, é menos conversa sobre rigor e mais sobre originalidade, para que o conhecimento recupere o seu encantamento.

Encantamento que, para a maioria das pessoas que se encontram nesta seara, é recurso fundamental para a sobrevivência e o bom desempenho. Mas, para quem está de fora, tais conhecimentos podem ter outros significados e relevância. Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006) chamam a atenção para o fato de que o conhecimento, que se constitui ao redor de certos temas, em alguns momentos, pode ser adotado por grupos sociais concretos como projetos de vida locais. Esta percepção, que pode recolocar as pessoas e as instituições de pesquisa conectadas novamente

ao mundo, potencializa a importância das relações que perpassam a construção do conhecimento.

INOVAÇÕES, CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DO CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO

A situação ideal talvez demandasse um esforço concentrado para explorar em profundidade uma determinada temática sob a luz da perspectiva construída até aqui. No entanto, trata-se de um trabalho inicial que visa organizar e compartilhar ideias e questionamentos que podem ser (e alguns casos já estão) explorados em outros trabalhos. Por isso, em lugar de debater uma única temática em profundidade propõe-se uma visão panorâmica de relações que merecem, todas elas, elaboração mais profunda no cotidiano da administração.

Tal processo pode produzir certo desconforto num primeiro momento, mas que, talvez, represente uma etapa importante para repensar a administração. Nas palavras de Chanlat (2000), quem disse que conforto e facilidade são condições de conhecimento?

Aktouf (2004) afirma que muitos dos artigos em que criticava o sistema dominante eram sistemática e rapidamente recusados pelas revistas às quais eram submetidos. Com os avanços na área de estudos críticos em administração e mais pesquisadores se envolvendo nas muitas vertentes desta linha de estudos, pode configurar-se uma menor resistência a tais discussões, ainda que muitos as considerem como excentricidades.

É interessante notar que, se há uma disputa pela legitimação de conhecimentos e práticas no campo da administração, tal disputa se expande para além dos limites acadêmicos, na medida em que se reflete sobre práticas cotidianas e organizações, não apenas formalizadas, mas em todos os âmbitos da sociedade.

Pelo menos três transformações sociais chamam atenção de Chanlat (2000), como professor de escola de administração: (1) a hegemonia do econômico, (2) o culto da empresa e (3) a influência crescente do pensamento empresarial sobre as pessoas. Esses processos têm, evidentemente, suas incidências sobre a dinâmica e o tipo de sociedade que estamos construindo.

Padrões, modelos e regras produzidas e acalentadas no ambiente da administração têm sido usados como instrumentos para gerar maior garantia e confiabilidade às pessoas, numa sociedade em que a insegurança e a desconfiança são marcas registradas.

Como exemplo cita-se o estabelecimento de normas e processos de certificação, como aqueles da série ISO 9000, ISO 14000 (já antigos conhecidos) ou outros padrões de qualidade estabelecidos por organizações nacionais e internacionais que vêm se tornando cada vez mais adotados, seja por organizações empresariais, públicas e até em projetos de organizações não governamentais.

As disparidades de poder e, talvez, a necessidade de confiabilidade nas relações sociais (incluídas aí as relações de consumo) têm levado à ampla divulgação e à adoção desses processos de padronização. No entanto, grupos organizados da sociedade civil têm levantado uma série de questionamentos sobre os significados e a validade dos mesmos. Voltando às ideias de Ramos (1981), não seriam tais processos, tentativas de enquadrar diferentes tipos de organizações e atividades humanas dentro da lógica do *business* ou dentro do que algumas pessoas, consideram como melhores práticas? Mesmo no âmbito do *management*, será que os vários tipos de organizações poderiam ser enquadradas dentro desta lógica, com resultados positivos para os atores que a compõem, para a geração de conhecimento e para a sociedade? Não serão tais iniciativas tentativas de reduzir as diferenças por meio da padronização? Ou serão tentativas de reduzir ou de dar conta da complexidade de nossas sociedades?

Essas são questões importantes para conduzir um processo fundamental: compreender a dinâmica organizacional nesses processos, mais do que identificar se as organizações estão de fato se adequando às regras. Enveredar por este caminho pode revelar contradições em relação a alguns conceitos básicos frequentemente discutidos e defendidos em sala de aula, na formação de estudantes e de futuros profissionais. É necessário lembrar a sempre presente ênfase no respeito à diversidade e ao apoio à criatividade, que aparecem como mote nas mais diferentes áreas da gestão. Isso, talvez, pudesse ser explicado como dissonância cognitiva? Do ponto de vista teórico, quem sabe, mas as implicações concretas de tal situação para as sociedades vão além deste significado.

Chanlat (2000) afirma que o mundo do *management* tem horror ao que é imprevisível, espontâneo, agitado e que tem suas origens em um movimento social de qualquer origem. É, ainda, nas palavras do autor, igualmente refratário a tudo que é sentimento, emoção e afetividade. O mundo da gestão é, igualmente, um universo que dá pouco espaço à palavra espontânea e às ideias inovadoras que solucionam problemas, caracterizando-se por uma rejeição apoiada em reflexão. O prazer de pensar por pensar ou a faculdade de julgar as decisões de modo não

convencional são, frequentemente, rejeitados em proveito de pensamentos preconcebidos, refletindo as últimas ideias em moda; cultura reflexiva é arquivada na prateleira dos acessórios inúteis.

Num ambiente como esse, a possibilidade de sobrevivência das pessoas em cargos e funções pode passar por uma falsificação constante delas mesmas e das relações que vivenciam. Nesse cenário, muitos dos conhecimentos sobre psicologia, sociologia e antropologia serviriam de forma instrumental à adequação do outro (e de nós mesmos) a certos padrões desenvolvidos segundo a lógica de poucos. Não há coerência entre este cenário e muitos dos discursos e metodologias que são utilizados na prática acadêmica. Exagerando um pouco o argumento, não surgiria daí uma espécie de uma esquizofrenia organizacional, um cinismo institucionalizado que adquiriu o *status* de condição de sobrevivência no mundo globalizado?

Essa discussão se aplica, por exemplo, ao campo da ética. Discussões com estudantes e com professores que se dedicam ao tema revelam que o discurso afinado sobre a importância da ética está em centenas de publicações e na ponta da língua desses atores. Porém, quando são colocados diante de situações polêmicas, do ponto de vista ético, as decisões e os comportamentos não levam em consideração as teorias. Nas palavras de um estudante: “ética é uma coisa que dificulta as decisões e atrapalha o desenvolvimento da sociedade”. Talvez, as argumentações e discussões propostas aqui tenham cores muito fortes, não podendo, certamente, ser generalizadas. O exagero, nesse caso, é assumidamente uma estratégia para chamar a atenção para algumas dessas contradições, ampliando o debate sobre tais temas.

Muitos vão apontar os trabalhos que vêm sendo produzidos em estudos críticos, bem como o empenho de professores e várias saídas engenhosas desenvolvidas por profissionais da administração. São fatos. Não se pode negar que mudanças (positivas ou negativas) ocorram, até porque elas não dependem exclusivamente de concepções de ciência predominantes no meio acadêmico, de pesquisas ou de vontades. Nas sociedades humanas, correndo o risco da exaustão, nas quais também estão incluídas as organizações, mudanças ocorrem constantemente, muitas delas contra a corrente, de forma surpreendente, muitas delas em disputas muito desiguais de poder. Mas, como essas temáticas estão sendo tratadas no âmbito acadêmico e na prática e que relações existem entre tais dimensões? Para essa discussão, abordam-se dois temas² que têm sido incorporados, com muita disputa, no âmbito organizacional: a questão ambiental e as relações de gênero.

O “DE SEMPRE”, O “NOVO” E O “EM CONSTRUÇÃO”

Está estabelecida, em algum lugar (ou em vários lugares), a importância da questão ambiental e das relações de gênero em nossas sociedades. Tal destaque tem rendido estudos, tanto por parte da administração como das ciências sociais. As organizações, sobretudo aquelas que estão mais próximas do olhar do público, do mercado, de diferentes perspectivas de fiscalização, definem políticas específicas para tratar desses temas prioritários e os pesquisadores os estudam. Mas, o que tais processos significam?

O modelo desenvolvimentista ao qual a humanidade se engajou e que tem, entre seus símbolos principais, as organizações empresariais e industriais, acelerou processos de desequilíbrio ambiental que já vinham sendo enfrentados e noticiados por civilizações antes da nossa, mas, talvez, de forma menos consciente, evidente ou cientificamente registrada.

Os avanços das ciências, de forma geral, passando a identificar e difundir os riscos ambientais e os limites do desenvolvimento, a liberdade de expressão conquistada por indivíduos e organizações, com forte ação dos movimentos sociais, em especial o movimento ambientalista, abriram possibilidades para que tais problemas fossem evidenciados. Com o tempo, criou-se uma atitude politicamente correta em relação à questão ambiental. Com a incorporação, pelo Estado e pelo mercado, da importância desta temática, por meio de leis e normas, respectivamente, as organizações também passaram a tratar de política ambiental. Isso não significa, porém, que suas práticas sejam condizentes com o discurso ou que tenha havido, de fato, uma mudança de valores das pessoas que administram as organizações.

Assim, não são raros, ainda hoje, casos de organizações que apresentam um discurso ecológico e uma prática altamente predatória. Não são raros casos de organizações que se envolvem em graves crimes ambientais, que não recebem punição adequada e que repetem o mesmo crime em outros momentos ou em outros locais (haja vista o caso Mineradora Rio Pomba Cataguases, reincidente em desastre ambiental, cujos rejeitos contaminaram rios e impediram o acesso à água para milhares de famílias, em 2006 e 2007).

As consequências disso para a natureza são graves. Os problemas econômicos e sociais gerados por tais práticas são imensos e difíceis de avaliar, porque não se pode pensar na questão ambiental sem discutir políticas públicas, educação, trabalho, acesso à terra, hábitos e

comportamentos etc. As discussões sobre gestão ambiental, que representavam o início de uma tentativa de aproximação da lógica empresarial de sua responsabilidade socioambiental, recentemente vêm sendo engolidas pela também recente tendência da responsabilidade social. Aparentemente, quando organizações tentam compreender o universo no qual estão inseridas, se deparam com uma complexidade difícil de lidar. Muitas vezes, as estratégias ambientais acabam não saindo do discurso. Mas, por que a questão ambiental não se torna, de fato, um elemento central das estratégias organizacionais?

Isso não significa ignorar mudanças positivas que também têm se desenvolvido ao longo dos últimos anos ou, mesmo, a dificuldade de modificar processos tão fortemente arraigados em nossas sociedades. Além do quê, é bom destacar que tais problemas não se restringem às organizações empresariais. Outros modelos de organização, como cooperativas, associações, ONGs e órgãos públicos, enfrentam problemas semelhantes, cada qual, entretanto, com sua lógica específica.

Questões semelhantes poderiam ser direcionadas para o tema das relações de gênero. Novamente, as mudanças vêm ocorrendo motivadas e forçadas pioneiramente pelo movimento feminista e as mulheres passam a ocupar espaços tradicionalmente destinados aos homens. Dados estatísticos recentes apontam que, embora as mulheres ocupem cada vez mais cargos de direção e atuem em funções antes direcionadas aos homens, elas ainda ganham menos, têm dupla jornada de trabalho e são, em números crescentes, chefes de família, mesmo quando não apresentam condições para tal. São vítimas da violência doméstica, do preconceito e da discriminação e, ainda, passaram a ocupar um espaço maior dentre aqueles que sofrem o risco de doenças cardíacas.

Enfrentam, juntamente com os homens, sejam pais, maridos, filhos, irmãos ou colegas de trabalho, uma disputa e uma reconfiguração das relações sociais que implicam mudanças nas decisões, nas estratégias, nas hierarquias, nos saberes, nos aprendizados, na saúde e na sexualidade, na cultura, no mercado e na vida pública.

As organizações, como estruturas sociais, ainda não comportam tais mudanças. Culturalmente, ainda há uma série de desafios para serem vencidos. As mudanças nas relações de gênero, que se refletem, de forma mais direta, no mercado de trabalho, só podem ser compreendidas com base nas suas extensões na sociedade. E mudanças, muitas vezes, relativas à juventude, à violência e às formas de organização, entre outras, passam também pelas relações de gênero.

Cada tema tem sua especificidade, mas, acredita-se que construir pontes ou portas entre as áreas do conhecimento seja fundamental,

principalmente quando se trata de uma ciência que se referencia em tantas outras, principalmente nas ciências sociais (pelo menos do ponto de vista formal) como é o caso da administração. Não é tarefa simples, mas poderia ser um desafio interessante: abandonar as visões bipolarizadas para as quais parece que as pessoas são sempre adestradas e dispostas a compreender mais amplamente a rede de influências sobre processos e fatos sociais. Será possível promover esses diálogos?

Chanlat (2000) lembra que, nos universos discretamente silenciosos, quantas vezes não se veem a ortodoxia e o fechamento intelectual executar sua obra de demolição ou de purificação acadêmica? Sempre que essas forças colocam-se em movimento, elas reduzem, na mesma dimensão, o campo dos possíveis. Elas transformam o universo da reflexão em um espaço político, cujo único objetivo é o de usufruir o poder e no qual o pensamento verdadeiro desaparece em benefício do que se chama, atualmente, o pensamento único.

Não se trata de uma invenção, mas de dar visibilidade e, talvez, até viabilidade a processos que estão em curso em nossas sociedades. São processos que criam novas categorias sociais, organizações e formas de interpretação do mundo social. Esse pode ser um dos caminhos para compreender e intervir de forma mais efetiva sobre as organizações e sobre a sociedade, papel que cabe tanto à administração quanto a outras ciências Ainda que indiretamente.

Isso não significa, contudo, que seja possível, de fato, efetivar aproximação entre diferentes campos científicos. Significa que, na prática, esses campos estão muito conectados, o que justifica, talvez, a pressão para mantê-las seguramente distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem o objetivo de compartilhar reflexões. A bem da verdade, mais dúvidas que certezas sobre as possibilidades de aproximação entre administração e ciências sociais. Diante das reflexões apresentadas, é preciso delinear as principais preocupações ou focos de questionamento que as permeiam.

A primeira refere-se à consolidação, renovação, atualização e aos significados da administração, como geradora de conhecimentos, como reflexo e componente das sociedades. Se nos encontros acadêmicos e de pesquisa há espaço para reflexões mais críticas ou inovadoras, haverá também espaço para práticas construídas com base em tais reflexões? Se a

administração nasce (e se mantém) com um forte vínculo com a ideologia do livre mercado, haverá espaço aqui para elementos de uma tradição crítica com forte presença no campo das ciências sociais? A segunda, diretamente relacionada com a primeira, refere-se à formação de profissionais em administração aspecto com o qual a academia tem grande responsabilidade, já que os egressos dos cursos colocam em prática muitas das teorias apresentadas e defendidas em sala de aula, por meio de artigos científicos, etc. As atuais práticas de ensino-aprendizagem em administração são capazes de contribuir para a adequada e necessária formação profissional e pessoal dos estudantes?

A terceira refere-se a um compromisso com as pessoas e com as sociedades. Quais são os reflexos concretos que nossas pesquisas, discussões e análises sobre a vida das pessoas, o funcionamento das organizações, sobre as relações sociais e possíveis soluções de problemas específicos e globais que, apesar de todos os avanços científicos, parecem cada vez mais distantes do mundo acadêmico?

As aproximações entre administração e ciências sociais ficam mais evidentes, entretanto, quando se percebe que ambas se encontram vivenciando dilemas no enfrentamento de questões marcantes das sociedades que não pediram permissão à teoria ou, mais precisamente, à ciência, para se manifestarem como fato ou realidade social.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, O. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do Avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.

BOEIRA, S.L.; VIEIRA, P.F. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHANLAT, J.F. *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. São Paulo: Atlas, 2000.

DAVEL, E ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p.72-85, 2003.

DINIZ, E. BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado – dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

FLORES, R. K. Acerto de contas com a Administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos. *Cadernos Ebape*, v.5, n. 4, p. 1-11, 2007.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p.320-332, 2011.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: Uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

REIS, E.P. As ciências sociais e o *bug* do milênio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n. 39, p. 5-12, 1999.

SANTOS, B. de S. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. de S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SLATER, D. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WAIZBORT, L. Os desafios da sociologia. *Folha de S. Paulo*, domingo, 11/03/2007. (Caderno Mais!), p. 6.

¹ Tal processo pode, por um lado, gerar alguma angústia, mas também pode ser positivo na medida em alguns colegas de profissão podem se identificar com tais dilemas.

² As temáticas aqui escolhidas decorrem de pesquisas e debates dos quais participei na época da elaboração do texto.

DADOS DOS AUTORES

FLÁVIA NAVES (flanaves@dae.ufla.br)

Doutora em Ciências Sociais pela UFRRJ

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Lavras

Lavras/MG – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Estudos Organizacionais; Gestão Social e Gestão Pública.

Recebido em: 20/08/2010 • **Aprovado em:** 02/06/2011